

*[Handwritten signature]*



**fundoazul**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2018  
DO FUNDO AZUL**

## INDICE

ENQUADRAMENTO.....	3
I- APRESENTAÇÃO DO FUNDO AZUL.....	4
II- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
III- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	7
IV- ANALISE ORÇAMENTAL .....	12
RECEITA .....	12
DESPESA .....	13
FLUXOS DE CAIXA.....	14
V - ANÁLISE PATRIMONIAL.....	14
BALANÇO.....	15
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	15
VI - TRANSIÇÃO PARA O SNC-AP.....	16
VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	17
ANEXOS.....	18
1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM POCP .....	19
2 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS NOS PERÍODOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	23
3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADOS EM SNC-AP .....	28
4 – RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	30
5 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	31



## ENQUADRAMENTO

A Política de Investimentos para o triénio de 2017-2019 identificou as linhas orientadoras do Fundo Azul, focando-se nas prioridades que o XXI Governo Constitucional considera mais relevantes para o desenvolvimento da economia azul no território português.

O presente documento estrutura os aspetos que marcaram o contexto da atividade do Fundo, identifica as principais linhas de orientação assumidas para o ano de 2018, tendo como referência, por um lado, os recursos financeiros afetados ao Fundo Azul e, por outro, a afetação dos recursos do Fundo às diferentes áreas de intervenção.

O ano de 2018, que constitui o segundo ano completo de atividade do Fundo Azul <sup>1</sup>, pautou-se pela abertura de dois editais, com vista ao financiamento da economia do mar nas suas múltiplas vertentes e setores, bem como prosseguiu a atividade necessária para a execução dos editais lançados em 2017.

Neste quadro, foram elaborados, aprovados e publicados instrumentos de apoio à preparação de candidaturas, tais como as normas técnicas dos apoios, os respetivos formulários de pedidos (adiantamento, pagamentos), bem como os formulários de relatório de progresso, que constam no *site* do Fundo Azul em <https://www.dgpm.mm.gov.pt/fundo-azul-form-doc>.

De acordo com o artigo 13.º da Portaria n.º 344/2016, de 30 de dezembro, o Relatório de Atividades e Contas, instrumento de gestão do Fundo Azul, é o instrumento que reporta a atividade realizada pelo Fundo do ano a que respeita, permitindo, assim, a avaliação da eficácia e da eficiência da atividade desenvolvida.

O presente Relatório de Atividades e Contas reporta as principais atividades desenvolvidas pelo Fundo Azul durante o ano de 2018, considerando todo o enquadramento político e regulamentar aplicável, mormente a Política de Investimentos do Fundo Azul para o triénio 2017-2019 e o Plano de atividades de 2018, devidamente aprovados pelos Ministros das Finanças e do Mar. Reporta, ainda, o desempenho em termos económico-financeiros, bem como os principais resultados alcançados no ano económico de 2018.

As demonstrações financeiras foram objeto de fiscalização e certificação legal por parte do Fiscal Único, enquanto órgão de fiscalização do Fundo Azul.

---

<sup>(1)</sup> Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março.

## I- Apresentação do Fundo Azul

O Programa do XXI Governo Constitucional definiu o Mar como uma das suas prioridades políticas tendo sido atribuída à Senhora Ministra do Mar a responsabilidade pela implementação de uma estratégia transversal que materialize esse desígnio nacional.

Neste contexto, o Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março, veio criar um novo mecanismo de financiamento destinado ao setor do mar, designado por Fundo Azul. O principal objetivo do Fundo Azul é potenciar o desenvolvimento da economia do mar, apoiar a investigação científica e tecnológica, incentivar a proteção e monitorização do meio marinho e incrementar a segurança marítima. O referido diploma estabeleceu as bases essenciais daquele instrumento financeiro, relegando para portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do mar a regulamentação detalhada do modelo de gestão do Fundo e o enquadramento dos apoios a conceder nesse âmbito.

O Fundo Azul tem a natureza de património autónomo e goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo dotado de personalidade judiciária.

A prossecução dos objetivos do Fundo concretiza-se através dos seguintes mecanismos de financiamento:

- a) No âmbito do desenvolvimento da economia do mar, através de instrumentos de financiamento de capital próprio;
- b) No âmbito do desenvolvimento da economia do mar, através de instrumentos de financiamento de capital alheio;
- c) No âmbito da investigação científica e tecnológica e da monitorização e proteção do ambiente marinho, através do financiamento total ou parcial, não reembolsável, a atividades e projetos neste domínio.

De acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do citado Decreto-Lei n.º 16/2016, o Fundo pode estabelecer mecanismos de articulação com outras entidades públicas ou privadas, designadamente com outros fundos públicos ou privados de direito nacional, europeu ou internacional, relacionados com o desenvolvimento da economia do mar desde que relacionados com a investigação científica e tecnológica e a proteção e monitorização do meio marinho.



Para efeitos do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o Fundo pode ter a qualidade de organismo intermédio.

#### **Documentos enquadradores:**

- Programa do XXI Governo Constitucional;
- Programa Nacional de Reformas 2016-2019;
- Grandes Opções do Plano para 2016-2019, aprovadas pela Lei n.º 7-B/2016, de 31 de março;
- Fundo Azul, criado pelo Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março;
- Regulamento de Gestão do Fundo Azul, aprovado pela Portaria n.º 344/2016, de 30 de dezembro;
- Despacho n.º 8356/2017, do Ministro das Finanças e da Ministra do Mar, de 25 de setembro de 2017, relativo à nomeação do Fiscal Único do Fundo Azul;
- Grandes Opções do Plano para 2018, aprovadas pela Lei n.º 113/2017, de 29 de dezembro;
- Lei do Orçamento do Estado de 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro;
- Disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado de 2018, aprovado pelo Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

#### **II- Estrutura organizacional**

A condução estratégica do Fundo Azul incumbe ao membro do Governo responsável pela área do mar, através de orientações gerais e específicas, sendo estas orientações vinculativas.

Compete, ainda, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do mar (i) a aprovação da política de investimentos do Fundo Azul; (ii) a aprovação, sob proposta do conselho de gestão, dos planos financeiros e orçamentos anuais, bem como as contas e relatórios de execução; (iii) a decisão sobre as participações do Fundo superiores a determinado valor, nos termos definidos no regulamento de gestão.



O funcionamento e gestão do Fundo Azul são atribuídos ao conselho de gestão e ao conselho consultivo.

Ao nível da direção superior, dispõe de um conselho de gestão, constituído por um presidente e dois vogais, sendo, por inerência, o Diretor-Geral de Política do Mar, o presidente (Doutor Ruben Eiras), e os restantes vogais (Dr.<sup>a</sup> Lúcia Sequeira e Dr. Luís Sousa), designados pela Senhora Ministra do Mar.

O conselho consultivo é a estrutura de consulta do Fundo Azul, e a sua composição é definida por despacho da Senhora Ministra do Mar.

Nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, dispõe ainda de um fiscal único, órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial.

Para o Fundo Azul, foi nomeado fiscal único a sociedade de Revisores Oficiais de Contas BDO & Associados <sup>(2)</sup>, por despacho n.º 8356/2017, de S.Exa. o Ministro de Estado e das Finanças e de S.Exa. a Ministra do Mar, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro.

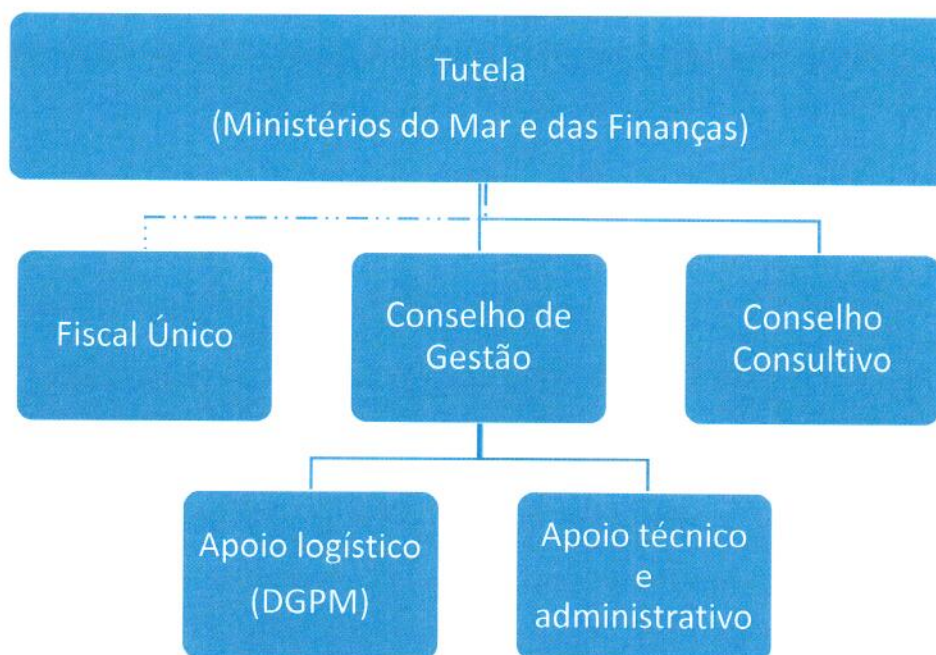
Na sua estrutura, o Fundo Azul conta ainda com o apoio técnico, administrativo e logístico, tendo em 2018 sido prestado por recursos da Direção-Geral de Política do Mar.

---

<sup>(2)</sup> Inscrito na OROC com o n.º 29 e na CMVM sob o n.º 20161384, representada pelo revisor oficial de contas licenciado Pedro Manuel Aleixo Dias, ROC com o n.º 725.



**Figura I - Organograma**



### III- Atividades desenvolvidas

No âmbito do fundo Azul encontram-se em curso os seguintes Editais:

- Edital n.º 1/2017 - Novos Empreendedores do Mar;
- Edital n.º 2/2017 – Energias Renováveis Oceânicas;
- Edital n.º 3/2017 – Novos Empreendedores do Mar;
- Edital n.º 4/2017 - Segurança Marítima;
- Edital n.º 5/2017 – Biotecnologia Azul;
- Edital n.º 6/2017 - Monitorização e Proteção do Ambiente Marinho;
- Edital n.º 7/2018 – Estudos de Investigação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico para as novas áreas emergentes da Economia do Mar;
- Edital n.º 8/2018 – Criação de uma Plataforma Integrada de Gestão de Dados do Atlântico.

Em 2018, na sequência dos Editais n.ºs 1 a 6, lançados ainda no ano de 2017, deu-se continuidade às tarefas de análise das candidaturas e foram abertos os Editais n.ºs 7 e 8.


**Quadro I – Editais publicados no ano de 2018**

Editais	Dotação Orçamental	Prazo de apresentação de candidaturas
Edital n.º 7/2018 – Estudos de Investigação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico para as novas áreas emergentes da Economia do Mar	500.000,00 €	11-10-2018 (aberto em permanência - em função da verba disponível)
Edital n.º 8/2018 – Criação de uma Plataforma Integrada de Gestão de Dados do Atlântico	250.000,00 €	30-10-2018 a 30-11-2018

Relativamente aos Editais n.ºs 1 e 2, cujos prazos de receção de candidaturas terminaram ainda no ano de 2017, verificaram-se os seguintes resultados, no que concerne ao número de candidaturas aprovadas:

**Quadro II – Candidaturas aprovadas no ano de 2018**

Editais	N.º de candidaturas aprovadas	Investimento Elegível Total	Apoio do Fundo Azul
Edital n.º 1/2017 – Novos Empreendedores do Mar	5	2.345.678,00 €	1.891.149,06 €
Edital n.º 2/2017 – Energias Renováveis Oceânicas	6	1.290.879,00 €	924.231,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>3.636.557,00€</b>	<b>2.815.380,06€</b>

No âmbito do Edital n.º 1 foram aprovadas 5 candidaturas com um investimento elegível de 2.345.678,00€ e um apoio por parte do Fundo Azul de 1.891.149,06€. Já no Edital n.º 2 foram aprovadas 6 candidaturas, com um apoio de 924.231,00€ pelo Fundo Azul.

A distribuição geográfica das candidaturas aprovadas no âmbito destes Editais pode ser observada no Quadro III e Figura II.



*[Handwritten signatures and initials]*

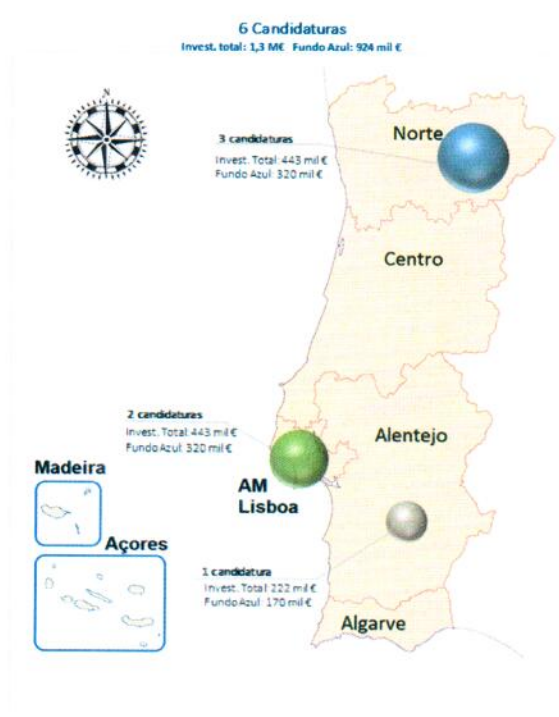
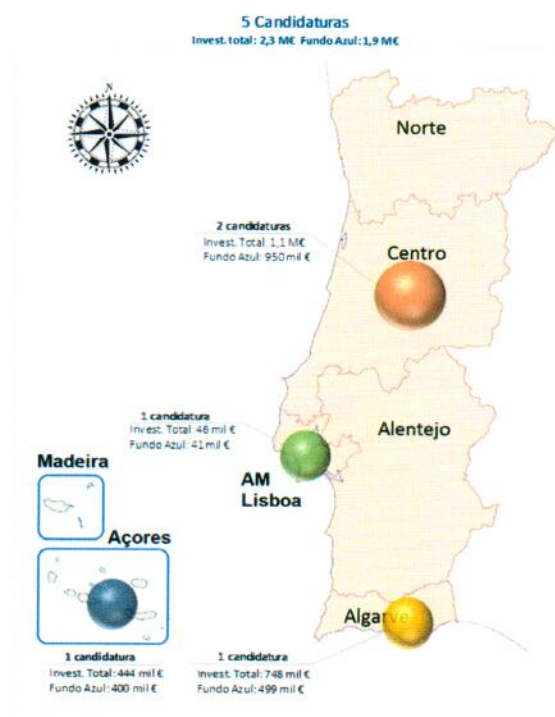
### Quadro III e Figura II -Distribuição geográfica das candidaturas aprovadas

Edital n.º 1 – Novos Empreendedores do Mar

PROJETOS	NUT II	INVESTIMENTO TOTAL	FUNDO AZUL
FA_01_2017_002_GROUND ZERO	Açores	444 487,00 €	400 038,00 €
FA_01_2017_003_SUN CONCEPT	Algarve	748 500,00 €	499 428,00 €
FA_01_2017_006_ETAR BM DEMO	Centro	606 377,00 €	500 000,00 €
FA_01_2017_007_OCEANO FRESCO E DIC	Centro	499 989,00 €	449 990,06 €
FA_01_2017_010_DE MAR EM MAR	Área Metropolitana de Lisboa	46 325,00 €	41 693,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>2 345 678,00 €</b>	<b>1 891 149,06 €</b>

Edital n.º 2 – Energias Renováveis Oceânicas

PROJETOS	NUT II	INVESTIMENTO TOTAL	FUNDO AZUL
FA_02_2017_002_i.nano.WEC	Norte	199.799,00 €	146.571,00 €
FA_02_2017_006_UGEN	Área Metropolitana Lisboa	222.205,00 €	158.159,00 €
FA_02_2017_009_BlueCAO	Área Metropolitana Lisboa	220.911,00 €	162.680,00 €
FA_02_2017_011_SeaAI	Norte	207.110,00 €	156.077,00 €
FA_02_2017_012_BASEPOINT	Alentejo	222.123,00 €	169.505,00 €
FA_02_2017_016_Structure Inspection	Norte	218.731,00 €	131.239,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>1.290.879,00 €</b>	<b>924.231,00 €</b>



Relativamente aos Editais n.ºs 3 a 6 e ao Edital n.º 8, cujos prazos de receção de candidaturas terminaram ainda no ano de 2018, e ao Edital n.º 7 (apresentação das candidaturas em contínuo

em função da dotação disponível) verificaram-se os seguintes resultados, no que concerne ao número de candidaturas apresentadas:

**Quadro IV – Candidaturas apresentadas no ano de 2018**

Editalis	N.º de candidaturas apresentadas	Investimento Total Elegível	Apoio Solicitado
Edital n.º 3/2017 – Novos Empreendedores do Mar	13	7.006.909,17 €	4.505.388,40 €
Edital n.º 4/2017 - Segurança Marítima	22	4.423.275,93€	3.828.357,33 €
Edital n.º 5/2017 – Biotecnologia Azul	43	8.334.291,20€	7.474.234,07€
Edital n.º 6/2017 - Monitorização e Proteção do Ambiente Marinho	100	13.047.234,27€	11.418.964,73€
Edital n.º 7/2018 – Estudos de Investigação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico para as novas áreas emergentes da Economia do Mar	1	55.600,00€	50.000,00€
Edital n.º 8/2018 – Criação de uma Plataforma Integrada de Gestão de Dados do Atlântico	1	249.999,00€	249.999,00€
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>33.117.309,06€</b>	<b>27.526.943,02€</b>

**Figura III - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas:**





No que diz respeito aos Editais n.ºs 4, 5 e 6, e face ao número de propostas submetidas aos mesmos editais, o valor do apoio solicitado revelou-se ser muito superior à dotação do Fundo Azul disponível, conforme se poderá verificar no quadro *infra*:

**Quadro V – Apoio solicitado – Editais n.ºs 4 a 6**

Editais	N.º Candidaturas Recebidas	Dotação do Fundo Aprovado	Dotação do Fundo Azul solicitada
4	22	600.000 €	3,8 M€
5	43	1 M€	7,5 M€
6	100	1 M€	11,3 M€

Face a diversos constrangimentos, nomeadamente de ordem orçamental (cativação de parte da dotação do Orçamento do Fundo Azul), a apreciação e processo de decisão dos Editais n.ºs 4, 5 e 6 foram alvo de atrasos significativos, uma vez que, face à natureza da sua especificidade, foi necessário recorrer a peritos externos com encargos financeiros associados.

O lançamento de novos editais, em 2018, para as mesmas áreas prioritárias, iria envolver um conjunto de procedimentos técnicos e administrativos relativos a: construção do edital, aprovação e lançamento dos editais, receção de candidaturas, apreciação e aprovação de candidaturas.

Assim, foi proposto ao Conselho de Gestão a autorização de um reforço das dotações dos Editais n.ºs 4, 5 e 6, permitindo deste modo:

- i) Aprovar um maior número de projetos;
- ii) Reduzir os custos com a avaliação das candidaturas (com os peritos externos).

Nestes termos, foi deliberado pelos membros do Conselho de Gestão, na Informação n.º 250/DSP/2018, de 6 de agosto, o seguinte reforço de dotação nos respetivos Editais:

- i) Edital n.º 4 - Segurança Marítima – reforço da dotação em 600 mil euros;
- ii) Edital n.º 5 – Biotecnologia Azul - reforço da dotação em 1,250 milhão de euros;
- iii) Edital n.º 6 - Monitorização e Proteção do Ambiente Marinho - reforço da dotação em 500 mil euros.



#### IV- Analise orçamental

Em 2018, a gestão orçamental do Fundo Azul integrou três fontes de financiamento (FF):

- FF 311 – Receitas gerais – dotações atribuídas pelo orçamento de estado – orçamento de atividades;
- FF 540 – Receitas próprias entre Organismos – dotações resultantes da transferência do Fundo Ambiental e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças/Despesas Excepcionais;
- FF 522 – Saldos transitados - saldos da gerência de 2017.

#### Receita

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 16/2016, constituem receita do Fundo Azul:

- Receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado;
- Contribuições da União Europeia;
- Percentagem das receitas resultantes da cobrança da taxa de utilização do espaço marítimo, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho;
- Percentagem dos dividendos de cada administração portuária;
- Percentagem das receitas destinadas aos cofres do Estado e de taxas cobradas por serviços prestados pelas Capitánias dos Portos;
- Percentagem das receitas destinadas aos cofres do Estado e de taxas cobradas por serviços prestados pela Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- Parte das receitas do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos cobrado sobre o gasóleo colorido e marcado, a definir anualmente na Lei do Orçamento do Estado;
- Rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do Fundo;
- Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
- Contribuições financeiras dos titulares da concessão, no domínio da Investigação & desenvolvimento e Inovação tecnológica da pesquisa e produção offshore de petróleo



e gás, nomeadamente na segurança das operações offshore através do pagamento de uma taxa destinada ao Fundo Azul;

- Parte da receita dos seguintes fundos, a definir anualmente na Lei do Orçamento do Estado, tais como:
- Fundo Português de Carbono;
- Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais;
- Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético.
- Quaisquer outros bens, rendimentos ou receitas que lhe sejam atribuídos, designadamente contribuições mecenáticas, doações, heranças ou legados.

O n.º 4 do citado artigo 8.º refere, ainda, que os saldos que venham a ser apurados no fim de cada ano económico transitam para o ano seguinte nos termos do decreto de execução orçamental em vigor.

Para o ano económico de 2018, as receitas do Fundo foram de 7.495.651,87€, provenientes das contribuições do Orçamento do Estado (FF 311: 3.008.208€), (vide mapas anexo), do Fundo Ambiental (FF 540: 2.000.000,00€), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças/Despesas Excepcionais (FF 540: 270.000€) e da transição de saldos da gerência de 2017 (FF 522: 2.217.443,87€).

### **Despesa**

No total das FF registou-se uma execução orçamental de 134.038,05€, dos quais 8.208,00 € relativa à FF 311 e 125.830,05 € referente à FF 540. A baixa execução, de cerca de 2%, deveu-se à elevada cativação orçamental, o que impossibilitou o Fundo Azul de prosseguir com as suas atribuições, nomeadamente com a aquisição de serviços associados à avaliação das candidaturas.

Assim, constituíram despesas do Fundo Azul, em 2018, as resultantes dos seguintes encargos, no valor global de 134.038,05€:

- a) Pagamentos aos promotores num total de 79.419,00€:


- Edital n.º 1/2017 – Novos Empreendedores do Mar – 0,00€;
- Edital n.º 2/2017 – Energias Renováveis Oceânicas - 79.419,00€.

b) Responsabilidades decorrentes da prossecução das suas atividades, nomeadamente despesas de gestão, apoio técnico e apoio administrativo, num total de 54.619,05€, resultante da seguinte tipologia de despesas:

- D.01 - Fiscal Único - 3.690,00€;
- D.02 - Aquisição de serviços especializados – Peritos externos (avaliação das candidaturas) - 48.918,00€;
- D.02 - Publicitação dos Editais em jornais - 2.011,05€.

### **Fluxos de caixa**

Os fluxos de caixa evidenciam as receitas recebidas e os montantes de gastos despendidos, tendo o Fundo Azul iniciado o ano económico de 2018, com um saldo da gerência do ano anterior de 6.288.872,87€.

Deste montante, no decurso do ano de 2018, 4.071.429,00€ foram entregues aos cofres do Estado e 2.217.443,87€ foi solicitada a sua utilização em despesa, não tendo até ao final do ano sido comunicado qualquer decisão.

O fluxo de caixa de receitas é de 11.571.305,87 € e de despesa de 11.571.305,87 €, sendo que, no final do ano, o saldo de gerência na posse do serviço era de 7.361.613,82 €. Deste montante 3.000.000€ irão se devolvidos aos cofres do Estado em 2019.

### **V - Análise patrimonial**

O Fundo Azul, no decurso do ano económico de 2018, aplicou os princípios contabilísticos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, em específico, os princípios da entidade contabilística, da continuidade, consistência, especialização (ou do acréscimo), custo histórico, prudência, materialidade e da não compensação, o que lhe permitiu a obtenção de

uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental (Quadro IV).

#### Quadro VI– Análise Patrimonial

Fundos Próprios	223.588,95 €
Passivo	7.138.024,87 €
Ativo	7.361.613,82 €

Fonte: GeRFIP, 10/04/2019

Da análise ao Balanço, à data de 31 de dezembro de 2018, importa salientar que o ativo líquido se situou nos 7.361.613,82 €, estando financiados por fundos próprios em 223.588,95 €, sendo que o total do passivo ascendia a 7.138.024,87 €.

#### Balanço

O Fundo Azul, em 2018, apresenta um Ativo de 7.361.613,82 €.

Em cumprimento com o princípio de especialização do exercício, foram constituídos proveitos diferidos no valor de 4.138.024,87 € na conta 274.

Na conta 268 – outros credores diversos– encontra-se registado um montante de 3.000.000,00 €, a ser entregues aos cofres do Estado em 2019.

#### Demonstração de resultados

Em 2018, o Fundo Azul apresenta um Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de 223.588,95 €, com Proveitos no valor de 357.627,00 € e Custos no valor de 134.038,05 €.

O Fundo Azul apresenta resultados operacionais e correntes de 248.747,95 €.



## VI - Transição para o SNC-AP

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, determina a obrigação de todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas, aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC -AP).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, essa determinação passou a ser obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2018 (vd. artigo 18.º do supramencionado diploma).

De acordo com o artigo 14.º do referido Decreto-Lei n.º 85/2016, as “(...) *Entidades Públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP*”. Acontece que o Fundo Azul utiliza o sistema informático GeRFiP, em serviço partilhado, cabendo à ESPAP preparar os mapas para as prestações de contas. Em comunicação de dia 23 de janeiro de 2019, a ESPAP informou os serviços “não poder disponibilizar a totalidade dos mapas necessários à prestação de contas de 2018 no novo regime contabilístico”.

A esse respeito, a Instrução n.º 1/2019, de 13 de fevereiro, do Tribunal de Contas, mais concretamente no ponto V - Disposições Finais e Transitórias, refere que, até ao final do processo de transição das entidades para o SNC-AP, o Tribunal de Contas continuará a disponibilizar a plataforma eletrónica, atualmente em funcionamento para a prestação de contas referente às entidades que aplicam o POCP, conforme Instrução n.º 1/2004.

Assim, tendo por base esta situação, foi entendimento do Fundo Azul que a Prestação de Contas, referente ao exercício económico de 2018, seria efetuada no Sistema contabilístico Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), à semelhança do ano anterior, atendendo a que ainda não se encontram reunidas todas as condições para que o Fundo Azul proceda à sua prestação de Contas em SNC-AP.

Mas, ainda que assim seja, o Fundo Azul elaborou, à data de 31 de dezembro de 2018, um balanço e uma demonstração de resultados pró-forma não auditados em SNC-AP, em anexo.



## VII - Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 223.588,95 €, montante que deverá ser transferido para Resultados Transitados.

## VIII - Síntese Conclusiva

Em termos gerais, cumpre destacar o trabalho desenvolvido com vista à criação de condições que permitiram, em 2018, estabelecer mecanismos financeiros de apoio ao desenvolvimento da economia azul no território português.

Procedeu-se à revisão do Manual de Procedimentos do Fundo Azul. Foram lançados dois novos editais (Editais n.ºs 7 e 8), procedeu-se à avaliação dos Editais n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, à elaboração dos respetivos documentos e formulários de apoio, e foram aprovadas as candidaturas apresentadas aos Editais n.ºs 1 e 2.

O desafio que se coloca para o ano de 2019 será tornar o Fundo Azul num instrumento financeiro de referência na economia do mar, eficiente na atribuição dos apoios, por um lado e eficaz no apoio aos investidores e beneficiários candidatos por outro, correspondendo às expectativas geradas com a sua criação pelo Estado Português.

Lisboa, 17 de abril de 2019


O Conselho de Gestão



Ruben Eiras



Lúcia Sequeira



Luís Sousa



# Anexos



## 1 – Demonstrações Financeiras em POCP

### Balanço nos períodos findos de 31 de dezembro de 2018 e de 2017

CÓDIGO DAS CONTAS		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
			2018		2017	
POCP			AB	AP	AL	AL
		<b>IMOBILIZADO</b>				
		Bens de domínio				
451		Terrenos e recursos naturais				
452		Edifícios				
453		Outras construções e infra-estruturas				
454		Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
455		Bens do património histórico, artístico e cultural				
459		Outros bens de domínio público				
445		Imobilizações em curso				
446		Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431		Despesas de instalação				
432		Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433		Propriedade industrial e outros direitos				
443		Imobilizações em curso				
449		Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421		Terrenos e recursos naturais				
422		Edifícios e outras construções				
423		Equipamento básico				
424		Equipamento de transporte				
425		Ferramentas e utensílios				
426		Equipamento administrativo				
427		Taras e vasilhame				
429		Outras imobilizações corpóreas				
442		Imobilizações em curso				
448		Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		<b>Investimentos financeiros</b>				
411		Partes de capital				
412		Obrigações e títulos de participação				
414		Investimentos em imóveis				
415		Outras aplicações financeiras				
441		Imobilizações em curso				
447		Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		<b>CIRCULANTE</b>				
		<b>Existências</b>				
36		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35		Produtos e trabalhos em curso				
34		Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33		Produtos acabados e intermédios				
32		Mercadorias				
37		Adiantamentos por conta de compras				
		<b>Dívidas de terceiros — Médio e longo prazo</b>				
		<b>Dívidas de terceiros — Curto prazo</b>				
2811+2821		Empréstimos concedidos				
211		Clientes, c/c				
212		Contribuintes, c/c				
213		Utentes, c/c				
214		Clientes, contribuintes e utentes — Títulos a receber				
218		Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251		Devedores pela execução do orçamento				
229		Adiantamentos a fornecedores				
2619		Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24		Estado e outros entes públicos				
262+263+267+268		Outros devedores				
		<b>Títulos negociáveis</b>				
151		Acções				
152		Obrigações e títulos de participação				
153		Títulos da dívida pública				
159		Outros títulos				
18		Outras aplicações de tesouraria				
		<b>Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa</b>				
13		Conta no Tesouro	7 361 613,82		7 361 613,82	6 288 872,87
12		Depósitos em instituições financeiras				
11		Caixa				
			7 361 613,82		7 361 613,82	6 288 872,87
		<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271		Acréscimos de proveitos				
272		Custos diferidos				
		<b>Total de amortizações</b>				
		<b>Total de provisões</b>				
		<b>Total do activo</b>	7 361 613,82		7 361 613,82	6 288 872,87

Página 1 de 2

Lisboa, de abril de 2019

O Conselho de Gestão

Ruben Eiras

Lidia Sequeira

Luis Sousa


**Balanço nos períodos findos de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Continuação)**

CÓDIGO DAS CONTAS		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
			2018	2017
POCP				
		<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>		
51		Património		
55		Ajustamentos de partes de capital em empresas		
56		Reservas de reavaliação		
		Reservas		
571		Reservas legais		
572		Reservas estatutárias		
573		Reservas contratuais		
574		Reservas livres		
575		Subsídios		
576		Doações		
577		Reservas decorrentes da transferência de activos		
59		Resultados transitados		
88		Resultado líquido do exercício	223 588,95	
			223 588,95	
		<b>PASSIVO</b>		
29		Provisões para riscos e encargos		
		Dívidas a terceiros — Médio e longo prazo		
		Dívidas a terceiros — Curto prazo		
23 111+23 211		Empréstimos por dívida titulada		
23 112+23 212+12		Empréstimos por dívida não titulada		
269		Adiantamentos por conta de vendas		
221		Fornecedores, c/c		
228		Fornecedores — Facturas em recepção e conferência		
222		Fornecedores — Títulos a pagar		
2612		Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar		
252		Credores pela execução do orçamento		
219		Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611		Fornecedores de imobilizado, c/c		
24		Estado e outros entes públicos		
262+263+267+268		Outros credores	3 000 000,00	4 071 429,00
			3 000 000,00	4 071 429,00
		<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273		Acréscimos de custos		
274		Proveitos diferidos	4 138 024,87	2 217 443,87
			4 138 024,87	2 217 443,87
			7 138 024,87	6 288 872,87
		<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>	7 361 613,82	6 288 872,87

Abreviaturas:

 AB = Activo bruto  
 AP = Amortizações e provisões acumuladas  
 AL = Activo líquido

Página 2 de 2

Lisboa, de abril de 2019

O Conselho de Gestão

Ruben Eiras

Lídia Sequeira

Luís Sousa



**Demonstração de Resultados nos períodos findos de 31 de dezembro  
de 2018 e de 2017**

CÓDIGO DAS CONTAS		EXERCÍCIOS		2018		2017	
POCP							
CUSTOS E PERDAS							
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
	Mercadorias						
	Matérias						
62	Fornecimentos e serviços externos	54 619,05	54 619,05	7 946,42		7 946,42	
	Custos com o pessoal						
641+642 643 a 648	Remunerações						
	Encargos sociais						
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	54 260,00	54 260,00				
66	Amortizações do exercício						
67	Provisões do exercício						
65	Outros custos e perdas operacionais (A)		108 879,05			7 946,42	
68	Custos e perdas financeiras (C)		108 879,05			7 946,42	
69	Custos e perdas extraordinárias (E)		25 159,00				
			134 038,05			7 946,42	
88	Resultado líquido do exercício		223 588,95				
			357 627,00			7 946,42	
PROVEITOS E GANHOS							
71	Vendas e prestações de serviços						
711	Vendas						
712	Prestações de serviços						
72	Impostos, taxas e outros						
	Variação da produção						
75	Trabalhos para a própria entidade						
73	Proveitos suplementares						
74	Transferências e subsídios correntes obtidos						
741	Transferências — Tesouro						
742 e 743	Outras	357 627,00		7 946,42			
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)		357 627,00			7 946,42	
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)		357 627,00			7 946,42	
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)		357 627,00			7 946,42	
Resumo:							
Resultados operacionais: (B)-(A) =		248 747,95					
Resultados financeiros (D)-(C-A) =							
Resultados correntes (D)-(C) =		248 747,95					
Resultado líquido do exercício (F)-(E) =		223 588,95					

Página 1 de 1

Lisboa, de abril de 2019

O Conselho de Gestão

Ruben Eiras

Lidia Sequeira

Luís Sousa



## Fluxo de Caixa nos períodos findos de 31 de dezembro de 2018

fundoazul		FUNDO AZUL		Exercício 2018	
				Unidade	Euros
				Contribuinte	720014239
		01.01.2018 a 31.12.2018		Código do serviço	5979
				Email	fundoazul@dgpmm.gov.pt
Class. Económica	RECEBIMENTOS	Class. Económica	PAGAMENTOS		
	<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>Despesas</b>	<b>6 288 872,87</b>	<b>134 038,05</b>
	Execução Orçamental		Despesas orçamentais (OE)		
	De dotações orçamentais (OE)		311 - RG NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS		
	311 - RG NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS	4 071 429,00	D 01.01.02	3 690,00	
		4 071 429,00	D 02.02.20	4 518,00	8 208,00
	De Receitas próprias (na posse do serviço)		Despesas orçamentais com compensação em receita própria, com ou sem transição de saldos:		
	na posse do serviço		540 - TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS		
	522 -com outras origens	2 217 443,87	D 02.02.17	2 011,05	
		2 217 443,87	D 02.02.20	44 400,00	
	Na posse do Tesouro ..... 0,00 €		D 04.01.02	54 260,00	100 671,05
	De receita do Estado	0,00	D 08.01.02	25 159,00	25 159,00
	De operações de tesouraria	0,00			
	Descontos em vencimentos e salários		Importâncias entrega ao Estado e outras Entidades - Fundos Aíneos		<b>4 075 654,00</b>
	Receta do Estado ..... 0,00 €		Receta do Estado		
			Outras oper. De tesouraria - Receitas do Estado	4 225,00	4 225,00
	<b>Receitas</b>	<b>5 278 208,00</b>	D.12.02.03		
	Dotações orçamentais (OE)		Operações de Tesouraria		
	Transferências do tesouro		Saldos de Gerência anteriormente entregues		
	311 - RG NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS		311 - RG NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS		
R. 06.03.01	Estado	8 208,00	Operações de Tesouraria	4 071 429,00	4 071 429,00
R. 10.03.01	Estado	3 000 000,00			
	Receta Propria		Saldo de para a gerência seguinte		<b>7 361 613,82</b>
	540 - TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS		De dotações orçamentais (OE)		
R. 06.03.01	Estado	270 000,00	311 - RG NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS	3 000 000,00	3 000 000,00
R. 06.03.07	Serviços e fundos autónomos	2 000 000,00	De Receitas Próprias		
		2 270 000,00	Na posse do serviço		
	Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras ent. - Fundos Aíneos		540 - TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS	2 144 169,95	
	Recetas do Estado		522 -com outras origens	2 217 443,87	4 361 613,82
R.17.02.03	Retenção Imposto S/ Rendimento	4 225,00	Na posse do Tesouro ..... 0,00 €		
	Operações de Tesouraria	0,00	De receita do Estado - Fundos Aíneos		
	Descontos em Vencimentos e Salários		De operações de tesouraria- Fundos Aíneos		
	Recetas do Estado ..... 0,00 €		Descontos em vencimentos e salários - Retenção no tesouro		
	Operações de Tesouraria ..... 0,00 €		Receta do Estado ..... 0,00 €		
	<b>Total</b>	<b>11 571 305,87</b>	<b>Total</b>	<b>11 571 305,87</b>	




Lisboa, de abril de 2019

O Conselho de Gestão

Ruben Eiras

Lidia Sequeira

Luís Sousa

## 2 - Anexos às Demonstrações Financeiras nos períodos findos de 31 de dezembro de 2018

### 8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

#### 8.2.1. - Disposições do POCP

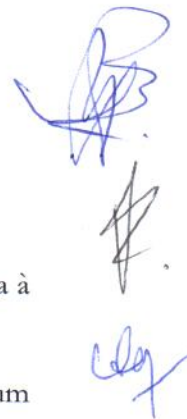
O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, determina a obrigação de todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas, aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC -AP).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, essa determinação passou a ser obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2018 (vd. artigo 18.º do supramencionado diploma).

De acordo com o artigo 14.º do referido Decreto-Lei n.º 85/2016, as “(...) Entidades Públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP.”. Acontece que o Fundo Azul utiliza o sistema informático GeRFiP, em serviço partilhado, cabendo à ESPAP preparar os mapas para as prestações de contas. Em comunicação de dia 23 de janeiro de 2019, a ESPAP informou os serviços “não poder disponibilizar a totalidade dos mapas necessários à prestação de contas de 2018 no novo regime contabilístico”.

A esse respeito, a Instrução n.º 1/2019, de 13 de fevereiro, do Tribunal de Contas, mais concretamente no ponto V - Disposições Finais e Transitórias, refere que, até ao final do processo de transição das entidades para o SNC-AP, o Tribunal de Contas continuará a disponibilizar a plataforma eletrónica, atualmente em funcionamento para a prestação de contas referente às entidades que aplicam o POCP, conforme Instrução n.º 1/2004.

Assim, tendo por base esta situação, foi entendimento do Fundo Azul que a Prestação de Contas, referente ao exercício económico de 2018, seria efetuada no Sistema contabilístico Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), à semelhança do ano anterior, atendendo a



que ainda não se encontram reunidas todas as condições para que o Fundo Azul proceda à sua prestação de Contas em SNC-AP.

Mas, ainda que assim seja, o Fundo Azul elaborou, à data de 31 de dezembro de 2018, um balanço e uma demonstração de resultados pró-forma não auditados em SNC-AP.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

As notas, cuja numeração é omissa neste anexo, não são aplicáveis à Entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

As demonstrações financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2018, no período de 01 janeiro a 31 de dezembro, foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente os da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma. E de acordo com as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 03 setembro.

### **8.2.2. – Valores comparativos**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os valores do exercício de 2017.

### **8.2.3. – Critérios valorimétricos**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos em GERFIP, do Fundo Azul, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade pública geralmente aceites em Portugal.





### 8.2.32. – Fundo Patrimonial

Durante o exercício de 2018 ocorreram as seguintes movimentações em cada uma das contas, da classe 5 – Fundo Patrimonial, existente no Balanço.

Rubricas	Saldo em 31 dez 2017	Aumentos ocorridos em 2018	Diminuições ocorridos em 2018	Saldo em 31 dez 2018
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				
Patrimônio (Capital Inicial)				
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas				
Reservas de Reavaliação				
Reservas de Reavaliação				
Resultados Transitados				
Resultado líquido do Exercício	0	223.588,95		223.588,95
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>223.588,95</b>		<b>223.588,95</b>

### 8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

Códigos	Custos e Perdas	2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	25 159,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	0,00	0,00
696	Aumentos amortizações e provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00
	<b>Resultados extraordinários</b>	<b>25 159,00-</b>	<b>0,00</b>

Códigos	Proveitos e Ganhos	2018	2017
791	Restituições de impostos	0,00	0,00
792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
793	Ganhos em existências	0,00	0,00
794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
798	Outros proveitos ganhos extraordinários	0,00	0,00



### 8.2.39.1 – Outras Informações – Outros Credores

Durante o exercício de 2018 ocorreram as seguintes movimentações na rubrica de Outros Credores:

Rubricas	Saldo em 31 dez 2017	Aumentos ocorridos em 2018	Diminuições ocorridos em 2018	Saldo em 31 dez 2018
<b>OUTROS CREDITORES</b>				
Fornecedores de Imobilizado				
Pessoal				
Sindicatos				
Consultores, Assessores e Intermediários				
Credores Diversos	4 071 429,00	3 000 000,00	4 071 429,00	3 000 000,00
Adiantamentos				
<b>TOTAL</b>	<b>4 071 429,00</b>	<b>3 000 000,00</b>	<b>4 071 429,00</b>	<b>3 000 000,00</b>

O saldo contabilizado na rubrica de Outros credores é relativo a transferências do Orçamento de Estado e será devolvido aos cofres do Estado em 2019.

### 8.2.39.2 – Outras Informações – Proveitos Diferidos

Durante o exercício de 2018 ocorreram as seguintes movimentações na rubrica de Proveitos Diferidos:

Rubricas	Saldo em 31 dez 2017	Aumentos ocorridos em 2018	Diminuições ocorridos em 2018	Saldo em 31 dez 2018
<b>PROVEITOS DIFERIDOS</b>				
Subsídios para Investimento				
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis				
Outros Proveitos Diferidos	2 217 443,87	1 920 581,00		4 138 024,87
<b>TOTAL</b>	<b>2 217 443,87</b>	<b>1 920 581,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 138 024,87</b>

O saldo contabilizado na rubrica de Proveitos Diferidos é constituído pelas verbas recebidas da Entidade “Fundo Ambiental”, dado não terem sido efetuados todos os pagamentos dos apoios financeiros previstos, e da verba transitada em saldo de gerência de 2017, conforme

estabelecido no n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março, e não utilizada em despesa em 2018.

Lisboa, ~~17~~ de abril de 2019

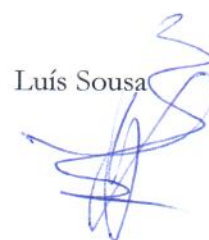
O Conselho de Gestão



Ruben Eiras



Lidia Sequeira



Luis Sousa



### 3 – Demonstrações Financeiras pró-forma não auditadas em SNC-AP

Balanço (demonstrações financeiras resumidas pró-forma em SNC-AP não auditadas)

Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2018

Exercício 2018  
 Unidade Euros  
 Contribuinte 720014239  
 Código do serviço 5979  
 Email [fundoazul@dgpmm.gov.pt](mailto:fundoazul@dgpmm.gov.pt)

RUBRICAS DO BALANÇO (1)	Notas	SNC-AP 31-12-2018	Normativo Anterior 31-12-2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Ativos por impostos diferidos			
Sub-total		0,00	0,00
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e Outros Entes Públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos		7 361 613,82	6 288 872,87
Sub-total		7 361 613,82	6 288 872,87
<b>Total do Ativo</b>		<b>7 361 613,82</b>	<b>6 288 872,87</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido			
Resultado líquido do período		223 588,00	0,00
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>223 588,00</b>	<b>0,00</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Sub-total		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembols. concedidos			4 071 429,00
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar		3 000 000,00	0,00
Diferimentos		4 138 024,87	2 217 443,87
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Sub-total		7 138 024,87	6 288 872,87
<b>Total do Passivo</b>		<b>7 138 024,87</b>	<b>6 288 872,87</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>7 361 612,87</b>	<b>6 288 872,87</b>



**Demonstração dos Resultados por naturezas**  
(demonstrações financeiras resumidas pro-forma em SNC-AP não auditadas)

Demonstração dos resultados por natureza do período findo em 31 de dezembro de 2018

Exercício 2018  
Unidade Euros  
Contribuinte 720014239  
Código do serviço 5979  
Email [azul@dgpm.mm.gov.pt](mailto:azul@dgpm.mm.gov.pt)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos		357 627,00	7 946,42
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-54 619,05	-7 946,42
Gastos com pessoal			
Transferências e subsídios concedidos		-79 419,00	
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos			
Outros gastos e perdas			
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		223 588,95	0,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização			
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		223 588,95	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>			
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>		223 588,95	0,00

**4 – Relatório de Auditoria**

**5 – Relatório e Parecer do Fiscal Único**